



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2014.0000684725**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 2178818-52.2014.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante YUKIO SEKIGUTI, é agravado BARJON GONÇALVES DE MELLO.

**ACORDAM**, em 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores LÍGIA ARAÚJO BISOGNI (Presidente sem voto), MAURÍCIO PESSOA E MARCIA DALLA DÉA BARONE.

São Paulo, 22 de outubro de 2014.

**CARLOS ABRÃO**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

**VOTO Nº 12778 (Processo Digital)**

Agravo de Instrumento nº 2178818-52.2014.8.26.0000

Comarca: SÃO PAULO (4ª Vara Cível - Foro Regional de Jabaquara)

Agravante(s): YUKIO SEKIGUTI

Agravado(s): BARJON GONÇALVES DE MELLO

AGRAVO DE INSTRUMENTO – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - INCLUSÃO DO EX-SÓCIO RETIRANTE - BIÊNIO LEGAL - RESPONSABILIDADE SOCIETÁRIA - RECURSO - AO TEMPO DA EMISSÃO DO CHEQUE O RETIRANTE INTEGRAVA A SOCIEDADE DEVEDORA - DISTINÇÃO ENTRE O PRAZO DECADENCIAL COM AQUELE PROCESSUAL - TELEOLOGIA DO ART. 1.003 DO ATUAL CÓDIGO CIVIL - PRESCRIÇÃO INOCORRENTE - CONSTRIÇÃO - BLOQUEIO BACEN ON-LINE QUE PERMANECE HÍGIDA - EFEITO SUSPENSIVO REVOGADO - RECURSO NÃO PROVIDO.

Cuida-se de agravo tirado contra r. decisão reportada às fls. 29/30, desconsiderando a personalidade jurídica, integrada pelos declaratórios rejeitados, cujo recorrente, nas razões expostas traz à consideração sua retirada da sociedade e o extrapolar do biênio legal para submetê-lo ao cumprimento da obrigação do título judicial, além do que não se localiza presente a regra do art. 50 do Código Civil, cogita prescrição, decadência, invoca julgados, pleiteia efeito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

suspensivo, afirma não ter qualquer obrigação para inclusão no polo passivo da causa, suscita provimento (fls. 01/21).

Recurso tempestivo e preparado (fls.22/23).

Peças essenciais encartadas (fls.24/151).

O recurso foi processado no efeito suspensivo, dispensadas as informações.

Cumpriu-se o art. 526 do CPC.

**É O RELATÓRIO.**

O recurso não merece prosperar, revogado o efeito suspensivo.

A hipótese concreta desenha a efetiva e concreta interpretação do art. 1.003 do atual Código Civil em razão da exigibilidade de cambial por força de título executivo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

judicial.

Senão vejamos.

O sócio retirante deixou a sociedade em março de 2006, conforme averbação realizada, porém o cheque cobrado, e impago, de R\$ 30.000,00 fora emitido em janeiro de 2006.

Ajuizada a demanda em maio de 2008, a sentença acolheu a pretensão em outubro de 2009, confirmada em sede de apelo em setembro de 2011.

Entretanto, as diligências realizadas restaram todas elas infrutíferas, na medida em que a sociedade empresária não dispunha de bens ao alcance do valor da obrigação.

Deflagrou-se pedido de desconsideração aceito pelo Juízo abrangendo os atuais sócios e também o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

retirante. E aqui comporta digressão e melhor sustentação a respeito da tese invocada pelo recorrente.

O saudoso professor Nelson Abrão, na monografia por nós atualizada (Sociedade Limitada, Saraiva, 10<sup>a</sup> Ed. São Paulo, 2012), cuida de afirmar que a segurança recíproca do retirante e de terceiros o biênio estabelecido, de modo a evitar qualquer discussão a respeito.

Não pode ser acolhido o argumento de prescrição ou decadência, isto porque o cheque fora confeccionado ao tempo em que o sócio recorrente integrava a sociedade, daí porque o prazo de dois anos da averbação representa uma integração com a própria norma processual disciplinadora do tema.

O Superior Tribunal de Justiça, Ministro Marco Buzzi no Agravo Regimental na Medida Cautelar nº 2472-DF proclamou que ao exercer o direito de retirada, o ex-sócio fica responsável pelos débitos anteriores a esta até dois anos depois



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

de averbada a alteração contratual, art. 1.032 do Código Civil.

O prazo para cobrança do cheque, nos termos da Súmula 503 do STJ é prescricional de 05 anos, e embora o sócio tenha se retirado em março de 2006, e responsabilizado pela desconsideração em setembro de 2014, não impressiona o argumento, isso porque, ajuizada a demanda em maio de 2008, veio a ser interrompida a prescrição pela citação válida, inclusive pela sentença prolatada em outubro de 2009.

Não localizados bens da empresa e também dos sócios, único que apresentou patrimônio, ainda que bastante inferior àquele da dívida fora o sócio retirante.

O fato que gerou a obrigação e isso é fundamental para a exata interpretação dos arts. 1.003 e 1.032, ambos do Código Civil, precede a retirada do sócio, daí porque se o legislador cuidou de traçar o aspecto temporal de dois anos, após o registro de averbação, seguramente visou evitar que os novos sócios comprometessem a imagem do retirante.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

O ato praticado *interna corporis*, cheque emitido pela empresa, à época o recorrente a integrava com a metade do capital social, detinha 50%, não se podendo afastar a desconsideração do art. 50 do Código Civil, isso porque, aparentemente inativa a sociedade empresária, o último ato de registro é aquele de 2006, justamente a saída do sócio agravante.

Durante mais de oito anos a sociedade empresária, ainda que não tenha sido regularmente dissolvida, mas de modo irregular, o que se presume, deve ser alcançada pelo art. 50 do Código Civil, não honrando a obrigação repousando no cheque emitido para janeiro de 2006, quando efetivamente o agravante dela fazia parte e somente se retirou em março do mesmo ano.

Dessa maneira, portanto, ainda que se reconheça que a responsabilidade do sócio retirante não seja perene, conforme bem apreciado pelo Desembargador Melo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Colombi, no julgamento datado de 06 de fevereiro de 2013, do Ag. 0245287.85.2012.8.26.0000 da comarca de Santos, o fato gerador da obrigação precede a retirada do recorrente, daí porque implicaria em sério prejuízo ao credor, pura e simplesmente, aniquilar a sua oportunidade de cobrança mediante interpretação não finalística da norma, considerando que o prazo de dois anos seria absoluto, do registro perante à Junta Comercial, e depois disso apenas os sócios atuais responderiam pelas obrigações.

A hipótese é diversa, levando-se em consideração o quadro probatório amalhado, além do que embora não fizesse parte da sociedade, desde março de 2006, o cheque confeccionado e regularmente emitido, data de janeiro de 2006.

É de se interpretar, portanto, que a responsabilidade do sócio se estende por até dois anos após a averbação de sua saída da empresa, consoante os arts. 1.003, parágrafo único e 1.032, ambos do Código Civil.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Nenhuma dúvida subsiste sobre o lapso de dois anos da saída do respectivo sócio, porém se a obrigação exigida fora por ele contraída ao tempo de sua permanência na empresa, e ajuizada a demanda dentro do tempo previsto na Súmula 503 do STJ, sendo ele, praticamente o único que tem algum capital para responder perante a dívida, não se pode emprestar ao caso concreto interpretação distinta.

A empresa encontra-se irregularmente dissolvida, não há comprovação alguma de atos societários nos últimos 08 anos, exceto a averbação da saída desse sócio, daí porque engendrar a sua irresponsabilidade, seria o mesmo que aplaudir o descumprimento do título executivo judicial, isto porque tanto a empresa, mas também os atuais sócios, ambos não disponibilizam ou fornecem meio suficientes à satisfação da obrigação.

O valor original do cheque de R\$ 30.000,00, hoje já ultrapassa R\$ 120.000,00, e o seu não pagamento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

sucedeu quando o retirante ainda fazia parte do quadro societário, sendo irrelevante também se optou o credor pelo rito ordinário ao invés da execução.

Em síntese, não se acolhe o inconformismo, revoga-se o efeito suspensivo, sem prequestionamento algum, na interpretação plural da norma em vigor.

Isto posto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, revogando expressamente o efeito suspensivo.

**CARLOS HENRIQUE ABRÃO**

***Relator***